



“DE FRENTE PRO CRIME”: CULTURA ORGANIZACIONAL E SOCIALIZAÇÃO DOS PERITOS INGRESSANTES NO DEPARTAMENTO DE CRIMINALÍSTICA DO INSTITUTO-GERAL DE PERÍCIAS DO RIO GRANDE DO SUL

“FACING CRIME”: ORGANIZATIONAL CULTURE AND SOCIALIZATION OF NEW EXPERTS AT THE DEPARTMENT OF CRIMINALISTICS OF THE GENERAL INSTITUTE OF FORENSICS OF RIO GRANDE DO SUL

NEUSA ROLITA CAVEDON

Doutora em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGN).

Professora da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Rua Washington Luiz, 855, sala 425, Centro – Porto Alegre – RS – Brasil – CEP 90010-460

E-mail: nrcavedon@ea.ufrgs.br

RESUMO

A pesquisa objetivou verificar como determinados aspectos da cultura organizacional do Departamento de Criminalística são transmitidos aos neófitos, por meio do curso de formação de peritos; quem são esses ingressantes; qual a significação que o curso e as futuras atividades a serem desenvolvidas possuem para eles. Os dados foram obtidos mediante o fazer etnográfico, tendo por técnicas a observação participante, realizada com a presença da pesquisadora no módulo Local de Crime contra a Vida, realizado de maio a junho de 2009, além de consulta a materiais documentais e aplicação de um questionário de perguntas abertas a 29 alunos. A análise dos dados seguiu os preceitos da etnografia, que preconiza o diálogo entre o êmico, o ético e os teóricos referenciados. Os resultados apontam ênfase em determinados aspectos presentes na atuação dos peritos, a saber: responsabilidade, dedicação, impossibilidade de cometer erros, que, se por um lado, traz uma contribuição positiva, ao reforçar a importância do papel a ser desempenhado, por outro, gera angústia e medo nos ingressantes, em razão da inexperiência deles, levando a uma tensão que pode ser prejudicial ao exercício profissional. Contudo, o estigma inerente à atuação dos peritos ficou entre os não ditos e só será verificado pelos ingressantes quando de suas atuações no dia a dia.

PALAVRAS-CHAVE

Perícia; Cultura organizacional; Socialização; Etnografia; Concurso.

ABSTRACT

The goal of the research was to investigate how certain aspects of the organizational culture of the Department of Criminalistics are passed on to neophytes through the training course for experts, as well as who these new servants are and what the training and future activities to be developed mean to them. The data

was ethnographically obtained, using techniques such as the participative observation carried out through the researcher's participation in the *Place of Crime Against Life* module – which took place from May to June 2009. Consultation to documentary materials and a questionnaire of open questions submitted to 29 students were also employed. The data analysis followed ethnography rules that dictate the dialogue between the emic and ethical aspects and the referred theorists. The results indicate an emphasis on certain aspects present in the experts' performance, such as: responsibility, dedication, and the impossibility to make mistakes. These aspects represent a positive contribution as they reinforce the importance of the role to be played but, on the other hand, they produce anxiety and fear in the beginners due to their inexperience. This leads to a tension that may affect professional performance. However, the stigma that is inherent to the experts' performance was not addressed and will only be known by the beginners in the course of their daily activities.

KEYWORDS

Forensics; Organizational culture; Socialization; Ethnography; Concourse.

1 INTRODUÇÃO

O setor público, via de regra, apresenta uma defasagem significativa entre o contingente de seu quadro de pessoal e a quantidade de trabalho a ser realizada. No Departamento de Criminalística (DC) do Instituto-Geral de Perícias (IGP) do Rio Grande do Sul não é diferente. Esse *gap*, no caso em questão, é decorrente do aumento da criminalidade¹ e também das aposentadorias e licenças concedidas aos servidores. Assim, em agosto de 2008, foi lançado o Edital do Concurso para provimento de 133 vagas do IGP; destas, 77 de nível superior, sendo 55 para peritos: 36 para perito criminal; 18 para perito criminal-engenharia mecânica; um para perito criminal-psicologia.

As características inerentes ao trabalho a ser realizado pelos ingressantes instigam a questionamentos. O primeiro refere-se à necessidade de compreensão de como se dá a socialização dos neófitos nessa cultura organizacional, mediante o acompanhamento da terceira etapa do concurso, ou seja, por ocasião

¹ De acordo com o *Jornal Zero Hora*, de 30 de janeiro de 2008, dos 556 municípios mais violentos do Brasil, 23 são do Rio Grande do Sul: Pirapó, Entre Rios do Sul, Campo Novo, Vicente Dutra, Cerro Grande do Sul, Alvorada, Porto Alegre, Novo Barreiro, São Leopoldo, Itatiba do Sul, Braga, São Nicolau, Dezesseis de Novembro, Joia, Arvorezinha, Frederico Westphalen, Guaíba, Itapuca, Iraí, Barros Cassal, Jquirana, Canoas, Hulha Negra. Porto Alegre é a 12ª cidade do País em homicídios.

do curso de formação. Aliada a essa questão, é relevante identificar quem são esses candidatos, bem como a significação que o curso e as futuras atividades a serem desenvolvidas possuem para eles.

Ao se ter presente que o concurso configura-se como um ritual de passagem (TRICE; BEYER, 1984; CAVEDON, 1990), é preciso compreender aquilo que é antecedente e também subsequente à realização do ritual. Para tanto, minha inserção como pesquisadora no DC/IGP, desde junho de 2007 e com previsão de permanência até janeiro de 2011, conferiu-me a possibilidade de analisar a forma de condução dos ingressantes por esse universo, com base naquilo que já conheço sobre a cultura organizacional da instituição.

A pesquisa etnográfica que vem sendo realizada culminou com minha participação, a convite da diretora do DC, em uma reunião com as psicólogas que fariam a avaliação psicológica dos candidatos.

Também acompanhei uma disciplina do curso, “Locais de Crime contra a Vida – LCVI”, ministrada por dois peritos que atuam no Plantão do DC, juntamente com os alunos que integravam a Turma 2.

A escolha por participar dessa disciplina encontra as seguintes justificativas: a) a possibilidade de conciliar o horário com minhas atividades na universidade; b) as exigências que tal setor requer por parte daqueles que ali serão lotados; c) o fato de que qualquer perito será obrigado a atuar nesse setor, por conta do sistema de sobreaviso, em que, independentemente do setor para o qual venha a ser designado, terá de se defrontar com local de morte em suas atribuições; d) porque, para a maioria dos peritos por mim entrevistada em 2007 e 2008, essa área configura-se como a mais desafiadora, tanto do ponto de vista emocional como profissional, dada a necessidade de ser preciso em sua ação diante da volatilidade do contexto (mais adiante tecerei mais comentários a respeito).

2 O DEPARTAMENTO DE CRIMINALÍSTICA

O Departamento de Criminalística efetua perícias com base em conhecimentos científicos. A administração é feita pela diretora e dois chefes de divisão. A diretora é responsável pela administração geral; o chefe da Divisão de Perícias da Capital é responsável por todos os tipos de perícias realizadas na área metropolitana, e o chefe da Divisão de Perícias do Interior tem a competência similar, relativa aos postos de criminalística do interior do Estado.

Integram o Departamento as seções de: Balística Forense; Química-Legal (com os setores de Exame Pericial em Numeração Identificadora de Armas de Fogo – EPNIAF –, Exame Pericial em Numeração Identificadora de Veículos Automotores – EPNIVA –, Exame Residuográfico); Informática; Fotografia;

Acústica Forense; Perícias Diversas; Levantamento de Locais; Papiloscopia; Engenharia-Legal (com os setores de Incêndios, Explosões e Desabamentos, de Acidentes de Trânsito, de Perícias Mecânicas Internas e Externas, de Perícias Elétricas Internas e Externas); Perícias Ambientais; Documentoscopia Forense; Apoio Administrativo; Divisão de Perícias Interior².

De acordo com o Edital 01/2008, que versa sobre o concurso público, o cargo e as atribuições dos peritos correspondem ao que apresento a seguir.

3 O CARGO E AS ATRIBUIÇÕES DO PERITO CRIMINAL

Ao perito criminal compete executar atividades de nível superior, de grande complexidade, compreendendo a realização de exames e pesquisas, no setor de criminalística pura e da engenharia legal, visando ao esclarecimento e à prova das infrações penais e à identificação dos autores respectivos, tendo por objeto os vestígios materiais daquelas infrações.

As atribuições de um perito criminal são as seguintes: efetuar exames e pesquisas em locais de crime contra a vida, a incolumidade pública, o patrimônio, o meio ambiente e nos casos de delitos de trânsito; realizar, no local do evento, a perinecropsia em cadáveres, para a localização e caracterização das lesões externas, principalmente se produzidas por projétil de arma de fogo, tendo em vista diagnose diferencial entre homicídio, suicídio e acidente, recolhendo, nesses locais, materiais e elementos elucidativos para posterior exame em laboratório; realizar a identificação de cadáveres, utilizando todos os meios adequados, bem como outras tarefas correlatas³.

Elucidados esses aspectos, cumpre abordar as teorizações atinentes à cultura organizacional e socialização secundária.

4 CULTURA ORGANIZACIONAL E A SOCIALIZAÇÃO SECUNDÁRIA PARA LIDAR COM A MORTE VIOLENTA E A CONSTRUÇÃO DO ESTIGMA

Em se tratando das culturas de diferentes sociedades, Geertz (1978, p. 48-49), antropólogo americano, afirma que é “extraordinariamente difícil traçar uma

² Para mais informações, acessar o site: <http://www.igp.rs.gov.br>.

³ Para mais informações, acessar o site: <http://www.igp.rs.gov.br>.

linha entre o que é natural, universal e constante no homem, e o que é convencional, local e variável. [...] a humanidade é tão variada em sua essência como em sua expressão”.

Se, na Antropologia, Geertz (1978, p. 15) reconhece a diversidade e advoga em prol de

[...] que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.

Martin e Frost (1996) trilham, em um recorte específico, caminhos que preconizam a diversidade cultural no campo dos estudos organizacionais, com a ideia de que em um mesmo contexto há a possibilidade de coexistência de culturas homogêneas, diferenciadas e fragmentadas. Tal postulado servirá de orientação para as análises do campo empírico deste estudo.

Já a opção conceitual que dá sustentação à presente pesquisa é aquela apropriada e ampliada por Cavedon (2008), com base nos estudos de Geertz (1978) e de Martin e Frost (1996). A referida autora traz para o campo específico dos estudos organizacionais os postulados entabulados na ciência de origem dos estudos sobre cultura. Assim, cultura organizacional consiste:

[...] na rede de significações que circulam dentro e fora do espaço organizacional, sendo simultaneamente ambíguas, contraditórias, complementares, díspares e análogas implicando ressemantizações que revelam a homogeneidade e a heterogeneidade organizacionais (CAVEDON, 2008, p. 15).

“A cultura é pública porque o significado o é”, afirma Geertz (1978, p. 22), mas, para que o sujeito consiga apreender os significados que circulam por uma dada cultura, ele precisa passar por dois processos de socialização. O primeiro é construído no seio da família e é a base de sua inserção social, trata-se da socialização primária. Já a socialização com vistas ao trânsito por diversos espaços institucionalizados seria a secundária.

Ao se ter presente a complexidade das sociedades urbanas, capitalistas, contemporâneas, fica evidente a necessidade de socialização secundária como forma de o indivíduo desenvolver sua capacidade de incorporar papéis resultantes da divisão do trabalho e, também, da distribuição diferenciada do conhecimento no universo societário (BERGER; LUCKMANN, 1997).

O indivíduo transita em instituições, e isso implica ele se apropriar dos sabe-

res, que nesses espaços são difundidos de modo específico, como forma de viabilizar sua atuação em diferentes contextos.

Para Berger e Luckmann (1997, p. 185): “A socialização secundária exige vocabulários específicos de funções, o que significa em primeiro lugar a interiorização de campos semânticos que estruturam interpretações e condutas de rotina em uma área institucional”.

Os referidos autores chamam atenção para o fato de essas realidades capturadas pela socialização secundária serem parciais. Todavia, essa parcialidade não deixa de incorporar elementos normativos, afetivos e cognoscitivos.

Para que a sociedade se mantenha, há que ocorrer uma divisão de atividades entre os integrantes do contexto em questão, porém, a ocupação desses lugares particulares só pode se dar mediante o treinamento dos membros que vão se enquadrar na condição de especialistas, com capacidade de

[...] fazer certas coisas superlativamente bem, enquanto deixam outras coisas para outras pessoas. Do ponto de vista do indivíduo, o processo de socialização é assim um processo de aprender o que ele deveria fazer para outras pessoas, e o que está credenciado a esperar da parte delas (LINTON, 1973, p. 31).

A capacidade do homem de aprender significados compartilhados em uma dada cultura, mediante a socialização, é o que lhe dá condição diferenciada em relação aos demais seres vivos. Cavalcanti (1998, p. 60) refere que a

[...] cultura não é exterior ao homem. Essa teia de significados dentro da qual estamos imersos, e que se impõe de certo modo inexoravelmente a nós, é uma construção humana. O indivíduo é a um só tempo tecelão e usuário de sua roupagem social.

A linguagem institucional própria precisa ser aprendida tanto quanto as habilidades técnicas ou físicas; mais do que um caráter pragmático, essa linguagem possui uma conotação simbólica capaz de permitir a interlocução entre iguais, que assim estabelecem clivagens entre os saberes e fazeres. As ritualizações dão legitimidade a essas aprendizagens sociais. Quanto mais elaboradas essas ritualizações, maior a possibilidade de que o indivíduo se identifique de maneira profunda com as funções para as quais está sendo socializado.

Para tornar claro no que consiste um ritual, tem-se a definição entabulada por Teixeira (1981, p. 1574), que advoga tratar-se de “situações marcadas pelo formalismo, pela solenidade, pelo cerimonial, pela observância de normas e práticas prescritas”.

O conhecimento a ser obtido possui uma ordenação e uma prioridade que é estabelecida institucionalmente como forma de “reforçar o prestígio das funções em questão ou satisfazer outros interesses ideológicos” (BERGER; LUCKMANN, 1997, p. 188). Assim, é possível estabelecer que para a realização de um concurso público é preciso ter uma formação universitária, que, para atuar na atividade para a qual o indivíduo foi selecionado, é necessário passar no curso de formação específica.

Embora a afetividade possa estar presente na socialização secundária, ela não é imprescindível, diferentemente da socialização primária, em que a carga emocional é fundamental para a constituição do sujeito. Explicitando: o amor entre mãe e filha é fundamental, mas é prescindível o amor entre professora e aluna, posto que, nesse último caso, tem-se uma relação formal, em que cabe ao mestre ministrar aulas com vistas ao repasse de conhecimentos específicos.

Na ótica de Berger e Luckmann (1997, p. 190):

As funções da socialização secundária têm um alto grau de anonimato, sendo portanto facilmente destacáveis dos executantes individuais. O mesmo conhecimento ensinado por um professor poderia ser ensinado por outro. Qualquer funcionário desse tipo poderia ensinar esse tipo de conhecimento. Os funcionários individuais podem sem dúvida ser subjetivamente diferenciados de várias maneiras (como mais ou menos agradáveis, melhores ou piores professores de aritmética, etc.), mas em princípio são substituíveis uns pelos outros.

A socialização primária tende a ser interiorizada de modo mais profundo, já a socialização secundária é mais superficial, as marcas são mais indelévels sobre a subjetividade, fazendo com que os sujeitos mantenham uma distância em relação ao papel desempenhado. A vantagem desse distanciamento decorre da possibilidade de se alcançar um aprendizado racional atrelado ao controle das emoções. A identificação com as funções pode exigir graus diferenciados de envolvimento. Algumas atividades requerem ou aceitam maior formalização, maior racionalização e baixo ou neutro envolvimento emocional, como é o caso do conhecimento em engenharia; outras funções exigem imersão maior e identificação com aquele que ministra os ensinamentos, é o caso da música, em que a sensibilidade permite capturar a realidade musical. A imersão no universo da música revela uma carga afetiva de devotamento a essa realidade que está sendo aprendida e que, sob o ponto de vista institucional, evidencia-se como necessária. O socializador passa a ter um significado na relação construída com maior carga emocional, mediante um entregar-se do sujeito a essa realidade cognitiva.

A competitividade presente na sociedade atual, bem como as demandas institucionais diferenciadas para os diversos estratos funcionais, pode determinar graus de devotamentos díspares, pois, para Berger e Luckmann (1997, p. 195): “Há, por conseguinte, sistemas muito diferenciados de socialização secundária em instituições complexas, às vezes montados de modo muito sensível, de acordo com as diversas exigências das várias categorias do pessoal institucional”.

Dependendo da complexidade das atribuições, pode ser conveniente a alocação de pessoas que se dediquem ao processo de socialização dos novos membros, algo a ser desenvolvido por um período de tempo mais ou menos longo, a depender do grau de especialização. Os mecanismos utilizados para a socialização e, por via de consequência, apreensão dos significados nada mais são do que “mecanismos de controle para governar o comportamento” (GEERTZ, 1978, p. 56).

Em se tratando da formação de novos peritos criminais, a socialização secundária requer a preparação do neófito para lidar com a morte violenta. Daí a relevância de pensar como a sociedade atual encara a morte e, igualmente, os profissionais que precisam enfrentá-la em seu cotidiano laboral, posto que os significados circulam dentro e fora do espaço organizacional (CAVEDON, 2008).

Freire (2006) enfatiza, em seu estudo sobre o luto, que a morte se constitui um tema sobre o qual não se fala, seja no universo empírico de nossas sociedades, seja na academia. A morte como algo vergonhoso exige o silêncio. A inexorabilidade da finitude humana coloca o sujeito diante de sua fragilidade, remete a inquietações e temores decorrentes do desconhecimento sobre o que virá depois da morte (se é que virá). Uma maneira de enfrentamento dessa realidade é agir como se a morte não existisse. Isso tem repercutido no isolamento dos enlutados, que precisam elaborar suas perdas individualmente, o sofrimento deve ser escondido e indizível.

O individualismo que perpassa o universo social contemporâneo também lança seus tentáculos sobre a morte e o luto. Assim, Freire (2006, p. 30) se expressa sobre essa postura: “O social faz sua economia de gestos e sentimentos. E põe-se surdo diante do sofrimento daquele que sofre uma perda. Essa dor transforma-se em algo inaudível, e por isso mesmo indizível”.

Se a sociedade lida com a morte dessa forma, cumpre entender que aqueles que, no âmbito profissional, precisam fazer frente a esse evento cotidianamente também se veem privados de falar sobre seu trabalho e podem sofrer alguma discriminação, serem estigmatizados, ainda mais se a morte a ser enfrentada for fruto da violência.

Daí a relevância de elucidar a noção de estigma como:

[...] em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é em si mesmo, nem honroso, nem desonroso (GOFFMAN, 1982, p. 13).

O estigma é atribuído culturalmente, de modo a estabelecer a distinção entre o *normal* e o *desviante*. O *normal* não seria trabalhar com a morte, posto que ela é algo indesejável.

A noção de estigma em relação à perícia, em especial com relação àqueles profissionais que atuam no plantão, atendendo locais de crime contra a vida, fica evidente no depoimento de uma perita, com 12 anos de atuação na instituição, que disse ter sido chamada, em uma determinada ocasião, de “reviradora de cadáveres”.

O estigma remete à vergonha, que pode se fazer presente quando a pessoa se defronta com os demais indivíduos reconhecidos como superiores ou pode ser interiorizada na personalidade, revelando-se como parte integrante do indivíduo que se vê como inferior. A noção de vergonha passa a se tornar mais evidente a partir do século XVI, como um receio, um medo da degradação social, da inferioridade diante das outras pessoas (ELIAS, 1993). O medo de perder o respeito, o amor, a consideração das pessoas por se ter como um indivíduo inferior traz à tona que a pessoa envergonhada

[...] fez ou está prestes a fazer alguma coisa que a faz entrar em choque com pessoas a quem está ligada de uma forma ou de outra, e consigo mesma, com o setor da sua consciência mediante o qual controla a si mesma (ELIAS, 1993, p. 242).

Diante do exposto, é possível adiantar que o trabalho na perícia implica um processo de socialização secundária, com vistas a enfrentar a morte violenta, em sua condição de fomentadora de estigma, de modo a viabilizar a ruptura com a vergonha.

5 MÉTODO

O método etnográfico vem consubstanciando a realização desta pesquisa. Victora, Knauth e Hassen (2000, p. 53) elucidam no que consiste a opção pelo método etnográfico:

[...] a abordagem etnográfica se constrói tomando como base a idéia de que os comportamentos humanos só podem ser devidamente compreendidos e explicados se tomarmos como referência o contexto social onde eles atuam. Para tanto, torna-se fundamental entendermos o *ponto de vista do nativo*, procurando o significado das práticas pesquisadas para os praticantes. Partindo do princípio de que as regras que norteiam os comportamentos humanos não estão explícitas (ao contrário, muitas vezes encontram-se veladas), o trabalho do pesquisador deve ser o de examinar minuciosamente os diversos aspectos da vida dos diferentes grupos sociais. Por isso, o trabalho de campo intensivo com observações *in loco* que nos conduz ao ponto de vista do nativo é fundamental.

Vale destacar que a etnografia que vem sendo realizada no Departamento de Criminalística pode ser considerada uma etnografia nos moldes clássicos, uma vez que a inserção em campo, iniciada em 2007, encerra a possibilidade de se prolongar até 2011. Afora esse aspecto, com o passar do tempo, minha imersão no espaço organizacional tem se tornado cada vez mais profunda.

A opção por participar do curso de formação dos novos ingressantes contou com o apoio da diretora do DC. Porém, o contato para acertar essa inclusão foi por intermédio de um e-mail por mim encaminhado para a perita coordenadora do Curso, que negociou com a supervisora técnica do IGP a autorização para minha efetiva presença em sala de aula.

O curso de 600 horas-aula apresenta duas partes: uma de conteúdos específicos e outra de matérias de cunho mais geral. A opção dos integrantes do IGP foi por iniciar a formação pelas disciplinas específicas. Assim, escolhi o módulo de Locais de Crime contra a Vida (LCV1), para acompanhar com os alunos que compunham a Turma 2 (T2).

A forma como eu iria ser apresentada ao grupo me causou inquietação. Por ser a primeira aula, parecia-me um tanto inadequado dizer logo no início que eu era uma pesquisadora, professora universitária; manter o silêncio sobre minha posição, por outro lado, não seria ético.

No final da primeira aula, o perito que atuava como docente espontaneamente me deu a palavra para que eu explicitasse aos pesquisados o papel que eu estava assumindo naquele espaço. Em tom de brincadeira, o professor disse aos neófitos que eles estavam sendo “minhas cobaias”. A aceitação da turma foi imediata, e, na saída, alguns me perguntavam se o trabalho era tão pesado como vinha sendo anunciado pelos peritos que ministravam as aulas, se eu iria retornar os dados coletados para eles. Enfim, senti-me acolhida.

A cada segunda-feira, eu percebia uma proximidade maior. Sempre alguém vinha conversar, disponibilizando-se a me auxiliar. A oferta de roscas e balas

funcionou como um código que entendi como sinal de eu ser *uma igual*, ou seja, aluna que buscava entender a dinâmica de um local de crime.

Em certa aula, uma pergunta: como eu conseguia prestar atenção no conteúdo e neles enquanto atores desse processo? Ou seja, havia um nítido interesse em que eu realmente efetivasse minha pesquisa.

Sendo assim, no penúltimo dia, quando apresentei um questionário (de questões abertas) para eles responderem, a adesão foi irrestrita, inclusive com um comentário na aula seguinte, por parte de um aluno, a respeito da qualidade das perguntas e se havia sido eu mesma a responsável pela elaboração do referido instrumento.

A troca com os docentes também funcionou como um facilitador. Os materiais de aula me eram encaminhados por via eletrônica, trocávamos ideias ao final das aulas, enfim, minha condição de aluna-pesquisadora se deu em sua plenitude, como destacam Victora, Knauth e Hassen (2000, p. 55):

O pesquisador enfrenta o problema de transitar entre dois mundos: o acadêmico-científico e o do grupo pesquisado. E deve encontrar a justa medida, o equilíbrio necessário: ele precisa ter uma boa inserção em campo, o que só se consegue quando há algum nível de empatia e ele deve conhecer o ponto de vista e a visão de mundo dos pesquisados.

A obtenção dos dados ocorreu mediante a consulta a documentos, por meio do resultado esboçado em 29 questionários e da observação participante. A análise desses dados seguiu os moldes dos estudos etnográficos, mediante o diálogo estabelecido entre os teóricos, as falas êmicas e a visão ética da pesquisadora. Por meio desses três atores em diálogo, foi possível apreender o universo dos pesquisados em uma interpretação dessa realidade sociocultural.

6 “TA LÁ O CORPO ESTENDIDO NO CHÃO”: MÓDULO DE LOCAL DE CRIME CONTRA A VIDA

6.1 PRIMEIRA E SEGUNDA AULAS

O primeiro dia de aula do módulo Local de Crime (LCV1) teve início mais tarde do que o horário previsto, que era às 13h30. O local de realização foi o prédio da Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH) do Estado do Rio Grande do Sul, situado na Av. Praia de Belas, nas proximidades de um *shopping*, com denominação idêntica à da avenida.

Na sala de aula, a coordenadora do curso, perita que atua no plantão, chegou e começou a dar algumas informações para o grupo. O primeiro lembrete foi referente à realização de provas por parte dos alunos em todas as disciplinas. A necessidade de que se formassem grupos de 11 integrantes para as aulas práticas e que esses grupos possuíssem nomes: Alfa, Delta, Bravo, Echo, Charlie. Também foi dito que os peritos deveriam escolher seu nome de guerra, ou seja, como queriam ser chamados.

A coordenadora avisou que, se alguém tivesse dificuldade em participar de uma aula prática no dia em que seu grupo fosse escalado, deveria procurar remanejar sua atuação diretamente com os colegas, não precisando se remeter à coordenação para isso.

De certo modo, aqui já se tem parte do dia a dia do plantão, pois não é incomum os peritos e os papiloscopistas trocarem entre si os dias e horários de trabalho, em razão de algum compromisso pessoal. São arranjos entre eles e que não contam com a intervenção dos superiores.

Chegou o perito que ministraria a aula inicial da primeira parte da terceira etapa do processo seletivo, composto pelas disciplinas específicas. O referido professor também atuava no plantão do DC e, costumeiramente, encontrava-o vestindo roupas esportivas. Na condição de docente, contudo, vestiu-se com terno e gravata, assumindo na prática e simbolicamente outro papel.

A primeira intervenção do docente em aula se deu com uma música “De Frente pro Crime”, de João Bosco e Aldir Blanc, cuja última estrofe diz: “Olhei o corpo no chão e fechei minha janela de frente pro crime”. O professor afirmou que o perito não fecha a janela, pois é aí que começa o trabalho desse profissional.

A pergunta que se impôs logo a seguir foi: “O que é crime?”. A resposta foi que se trata de um fato social que a sociedade reprova, portanto, é relativo, depende da época e do contexto. Não existe nada absoluto, essa é a única certeza.

O exemplo dado pelo professor para elucidar tal afirmativa foi a Lei Maria da Penha, que assegura à mulher, atualmente, a possibilidade de denunciar o homem, companheiro ou marido que agir de forma violenta com ela, algo que acontecia anos atrás, mas que não era considerado crime.

Essa fala, esposada em aula, está impregnada do relativismo cultural apregoadado pela Antropologia, com base nos estudos de Franz Boas (2004, p. 47):

[...] cada cultura tem sua história própria e única, parcialmente dependente do desenvolvimento interno peculiar ao grupo social e parcialmente de influências exteriores às quais ele tenha estado submetido. Tanto ocorrem processos de gradual diferenciação quanto de nivelamento de diferenças entre centros culturais vizinhos. Seria completamente impossível entender o que aconteceu a qualquer povo particular com base num único esquema evolucionário.

Linton (1973, p. 42) assim resume: “[...] é contra o pano de fundo de uma cultura específica, e não de uma cultura geral, que o indivíduo deve ser estudado”.

Nesse momento, a aula foi interrompida pelo representante da FDRH, que enfatizou o fato de os alunos serem concorrentes entre si e que a falta de frequência ao curso poderia levar à eliminação. Os casos justificados seriam analisados pelo representante da FDRH e pela supervisora técnica do IGP.

Aqui a competitividade, elemento presente nas sociedades complexas, capitalistas, contemporâneas, é trazida para o curso de formação, evidenciando a circularidade de valores e significações internos e externos às organizações (CAVEDON, 2008), podendo ter implicações no devotamento dos ingressantes (BERGER; LUCKMANN, 1997).

O representante da fundação ressaltou que o corpo docente era formado por excelentes peritos, mas que nem todos possuíam a prática docente, então, era preciso ter um pouco de paciência com uma possível falta de didática.

A aula foi retomada e versava sobre a persecução penal, a prova e a perícia, com a elucidação de aspectos atinentes ao que vem a ser crime, local de crime, sobre a culpabilidade, sobre o papel do perito no local de crime.

A seguir, foi dada ênfase ao fato de que o perito não pode errar, porque não há como refazer o trabalho em local de crime. O objetivo da perícia é atestar a materialidade do fato, isto é, que o fato ocorreu.

O professor alertou que os anos de atuação na atividade pericial podem levar à simplificação excessiva na construção do laudo, daí a relevância do trabalho do revisor para chamar a atenção sobre algo que não está claro. O referido perito sênior falou sobre a dificuldade que possui em lidar com o cheiro nos locais de crime e a utilização do cigarro como forma por ele encontrada de mascarar os odores.

Ele teceu explicações a respeito dos riscos inerentes à atuação profissional, seja pela presença de bandidos na área periciada, danos emocionais, seja pelos riscos no deslocamento (trânsito).

O porte de arma autorizado pode ou não ser utilizado pelo perito, mas, no entender do professor, o não uso de arma em local de crime pode se configurar como um suicídio.

Linton (1973), em suas teorizações, afirma que o ser humano recebe informações e saberes deliberadamente e de forma propositada dos mais velhos, o que permite que o conhecimento passe de geração para geração. “Por meio da instrução e da imitação o indivíduo desenvolve hábitos que o compelem a desempenhar seu papel social, não apenas efetiva, mas em grande parte, inconscientemente” (LINTON, 1973, p. 36).

As peculiaridades na forma como se dá o trabalho do referido perito (nesse momento, docente), em locais de crime, foram trazidas para ilustrar certas ten-

dências incorporadas aos fazeres com o passar do tempo. Disse ser sua prática corrente a utilização mais das fotos do que de anotações, mas apontou para o risco desse procedimento, ao ter em conta a possibilidade de as fotos não saírem e, com isso, o laudo ficar inviabilizado.

Disse que essa maneira de atuar talvez seja um mecanismo de defesa que o faz esquecer o que viveu no local, só lembrando a cena do crime por ocasião da construção do laudo, quando precisa ver as fotografias.

Durante o intervalo, várias perguntas foram feitas ao professor pelas alunas. Perguntam se o docente virou vegetariano, se o professor ficou muito apavorado com o primeiro crime, se tem lugar para os peritos dormirem no DC, se há dias em que o número de ocorrências é maior, se eles vão receber uma roupa, pois lhes foi solicitado o número do manequim. Todas as perguntas foram respondidas pelo perito.

Sobre a preocupação dos ingressantes com a roupa, cumpre trazer as teorias de Bresler (1997). Para o referido autor, dependendo da profissão, do *status* que ela possui na sociedade, a roupa serve como uma distinção, e mantê-la em uso fora do local de trabalho acaba permitindo ao portador se destacar.

No caso da perícia, o uso de camisetas, jaquetas ou jalecos com inscrições do DC/IGP e dos cargos confere ao perito, em locais de crime, a possibilidade de circular pelo espaço de modo mais ágil, granjeando o acesso imediato, por meio de ações facilitadoras das polícias militar e civil. Simbolicamente, a roupa com inscrições dos setores oferece a possibilidade de distinção dos peritos, no âmbito interno do DC, em relação aos papiloscopistas, motoristas e fotógrafos, tornando visível a condição desses profissionais de chefes de equipes em locais de crime.

Na volta à sala de aula, mais elementos jurídicos foram apresentados. A responsabilidade do trabalho da perícia foi ressaltada na medida em que o perito tem fé pública e, portanto, precisa cuidar para não *liberar o culpado ou culpar um inocente*. Foi explanado que perito significa habilidade específica de alguém, ser hábil em um saber específico. O perito criminal é aquele que faz atividade de ponta na parte do crime.

No dizer de Certeau (2004, p. 66): “o perito prolifera nesta sociedade [tecnocrática], a ponto de se tornar a sua figura generalizada, tensionada entre a exigência de uma crescente especialização e a de uma comunicação tanto mais necessária”.

A segunda aula versou sobre local de crime propriamente dito. Várias definições e conceitos foram apresentados. Novamente foi ressaltado o fato de o local de crime exigir atenção, posto que a situação apresenta-se como uma oportunidade única; se errar, não há mais chance de voltar e corrigir a falha.

Aquilo que o perito diz ser uma evidência será tomado como verdade pela autoridade. A evidência é aquilo que está diretamente ligado com o crime. O

professor disse que o trabalho não é fácil; “se fosse fácil, não seria preciso ter curso superior e ganhar essa fortuna” (deboche pelo fato de o salário ser baixo). Uma brincadeira marca a construção identitária mediante a relação *nós e os outros* (CENTURIÃO, 2002): o professor brinca, dizendo que, se o trabalho da perícia fosse fácil, qualquer brigadiano (policial militar) faria.

6.2 TERCEIRA AULA

Na terceira aula, já foi possível perceber maior integração entre os discentes. Nos corredores, as conversas eram mais ruidosas. Comentários sobre a carga horária eram externalizados, seja para afirmar que o horário parecia *puxado* ou mesmo para verbalizar a incapacidade de concentração após as 20 horas, momento em que o aluno afirmou não ouvir mais o que o professor falava.

A opção por filmes policiais nos momentos de lazer e a tentativa de identificar o armamento utilizado na produção cinematográfica revela a busca de identificação com o objeto de atuação profissional, pois evidencia aquilo que Berger e Luckmann (1997) advogavam, em se tratando de socialização secundária: a capacidade de aprender técnicas e linguagens que são próprias de uma profissão.

De maneira similar, pude verificar, por parte de um aluno, o uso de um chaveiro, que reproduzia um projétil. Ao inquiri-lo sobre tal objeto, ele me disse ter adquirido em uma viagem e que achou interessante portá-lo no fecho de sua pasta. Berger (1978) entende que os papéis envolvem as ações, bem como as emoções e as atitudes a elas correspondentes, ou seja, o chaveiro expressa o envolvimento com a futura atividade.

A aula ministrada pela coordenadora do curso iniciou com as informações gerais relacionadas às modificações nas datas de certas aulas ou atividades novas incorporadas ao cronograma. Os alunos evidenciaram preocupação com relação ao setor da criminalística para o qual seriam designados, mas foram cientificados de que, naquele momento, iriam permanecer sem essa informação, pois seria relevante que conhecessem a dinâmica de todo o departamento. A única pista referia-se aos peritos engenheiros, que, obviamente, seriam lotados no setor de engenharia.

A perita que fez plantão no domingo narrou a rotina do dia anterior e tornou pública a dificuldade de quem passou a noite insone, atendendo locais de morte na Grande Porto Alegre, mas estava ali para ministrar aula aos neófitos. Revelou que a ruptura com uma rotina de sono faz com que ela leve dois dias para se recuperar.

Esses distúrbios foram apontados por Tittoni (1994, p. 100), em sua pesquisa sobre os trabalhadores do polo petroquímico:

[...] a alteração de horários de trabalho coloca a necessidade de alteração de hábitos alimentares, de sono e de descanso, que resulta, muitas vezes, em distúrbios fisiológicos, psicossomáticos ou mesmo expressa-se em sintomas psicológicos como a irritabilidade e um estado constante de tensionamento.

Fotos de um local de crime foram apresentadas, em *slides*, para que os alunos aplicassem os conceitos estudados nas aulas anteriores. A ligação teoria-prática começou a ser delineada.

A aula tratava da investigação integrada entre a Brigada Militar, a Polícia Civil e a Perícia. A professora chamou a atenção para o fato dos cuidados necessários em relação a possíveis comentários, pois no local estariam familiares da vítima, bem como a imprensa.

Em uma de minhas entrevistas com um perito sênior, em 2007, esse aspecto de educação e respeito com o corpo da vítima que ali se encontra foi salientado como fundamental.

Nesse dia, os alunos, ao se depararem com vídeos de locais de crime, questionaram se, após o término do curso, eles já teriam de ir a locais de crime e realizar o levantamento sozinhos. A perita-docente disse que não, e uma reação de alívio foi esboçada pela turma.

6.3 QUARTA, QUINTA, SEXTA E SÉTIMA AULAS

O assunto nos minutos que antecederam o início da quarta aula foi referente a um incêndio ocorrido no fim de semana e também sobre armas. Parecia haver certo fascínio sobre a capacidade de identificar cada armamento. Comentavam que uma arma calibre 12 é melhor porque “é um tiro e deu”, que “o revólver 38 é grandão”, que um professor fez uns disparos para que pudessem distinguir os diferentes sons dos estampidos.

A professora chegou e solicitou que os alunos efetivassem seus questionamentos para duas ou três pessoas, e não para todos os peritos do DC/IGP, ou seja, que procurassem controlar a ansiedade. Mais tarde, ela me confidenciou que queria evitar respostas contraditórias por parte dos colegas e, com isso, gerar uma ideia de falta de organização do DC/IGP.

A aula sobre metodologia e vestígios tem conotação bastante prática. A maleta do perito foi aberta e escrutinada aos olhos dos neófitos, que, naquele momento, ficaram sabendo que a melhoria do conteúdo da maleta seria um gasto particular de cada um (algo referenciado por todos os peritos seniores por mim entrevistados). Situações envolvendo transtornos de ordem psíquica começaram a ser narrados pela docente, que assim iria familiarizando os discentes com possíveis vivências futuras. O cheiro das luvas de borracha, utilizadas em levantamento de

local, foi por ela associado a cheiro de morte e, no dizer da perita-docente, não entrava em sua casa como parte do material de limpeza.

A narrativa sobre o “fantasma da balística” também sinalizou os problemas de saúde mental em face do exercício profissional. No dizer da docente, em uma sexta-feira, dia em que ocorria a festa do DC de final de ano, ela estava de plantão e, portanto, no departamento. Em um dado momento, ouviu tiros que vinham do setor de Balística e acreditou ser um perito que costumava ficar por lá executando seu trabalho. Ao sair da sala onde ela se encontrava, deparou-se com o referido perito chegando ao DC, daí a história do fantasma da balística, pois não havia ninguém no setor.

Narrativa semelhante a essa ouvi por parte de um fotógrafo que, durante a revelação de umas fotos, ouviu um suicida dizer que não gostou de ter sido fotografado por ele.

São as narrativas míticas (ELIADE, 19-) que evidenciam uma relação com o sagrado, com o sobrenatural, em contraponto com a atividade que exige do indivíduo o rigor da técnica e a busca pela materialidade da prova, o que exprime e tornam evidentes as dúvidas, contradições e inquietações desse grupo social, possibilitando uma reflexão “sobre a existência, o cosmos, as situações de ‘estar no mundo’ ou as relações sociais” (ROCHA, 1999, p. 7).

Tais narrativas também vão ao encontro da necessidade que DaMatta (1987, 1991) entende como parte do universo cultural brasileiro, de estabelecermos um contato com o “outro mundo”.

Na medida em que o tempo foi passando, as aulas, em especial a quinta e a sexta, ganharam uma coloração mais forte, com as fotos dos crimes servindo para ilustrar o exame de cadáver em local de crime. Os tipos de morte, por asfixia, esgorja, decapitação, enforcamento, afogamento, bem como as marcas no corpo, foram expostos. Diante de imagens pesadas, foi possível perceber risos e brincadeiras para fazer frente à situação. Mecanismo de defesa inúmeras vezes por mim observado no dia a dia do pessoal que trabalha no plantão.

Outro comportamento verificado entre os profissionais seniores foi a interlocução com os colegas sobre amenidades, futebol, cinema, programas de televisão. Pude detectar isso entre os novatos. Se, no início do módulo, comentar sobre a temática da aula durante o intervalo era uma constante, com o avanço das aulas e as circunstâncias se mostrando mais densas emocionalmente, começava a ser perceptível um desviar desses temas nas conversas durante as pausas. O que, de certo modo, trouxe à tona a dificuldade do ser humano em lidar com a morte (FREIRE, 2006), ainda mais quando envolve violência.

No final de uma dessas aulas, acompanhei a inquietude de uma aluna. Ela questionava a docente sobre alguma circunstância em que o perito em local tenha se sentido mal. A aluna revela que, se isso vier a acontecer com ela, vai solicitar ao fotógrafo que faça o registro e vai embora. A professora disse desconhecer

alguém que tenha passado mal em local de crime e que ela nunca foi vítima de tal situação. A docente revelou sentir, de forma mais intensa, a carga emocional, por ocasião da elaboração do laudo (o sofrimento experimentado ao elaborar o laudo foi relatado por outros peritos, nas entrevistas realizadas em 2007).

A última aula de LCVI foi em uma sexta-feira. Nessa aula, retornou o professor que havia ministrado as duas primeiras aulas. A temática era a construção do laudo pericial. As partes que integram um laudo, uma a uma, passaram a ser discriminadas, para, posteriormente, serem apresentadas as fotos de um local de crime, visando a que os alunos elaborassem o laudo.

Talvez por ser sexta-feira e também em razão da falta de uma dinamicidade maior da aula, percebi pessoas dormindo, outras conversando. Mais para o final do período, os alunos protagonizaram um entra e sai constante da sala, alguns sorriam chimarrão, outros jogavam balas uns para os outros. Poucos estavam atentos ao que era trabalhado. O significado desses comportamentos pode estar ligado ao fato de que, com o término do módulo, os novatos estariam, em tese, em condições de fazer levantamento de local de crime. Atitudes como as verificadas podem representar um mecanismo de defesa em face da responsabilidade que a partir dali lhes seria imputada. Até porque, nessa última aula desse módulo, foi novamente acionada a fala, reforçando a responsabilidade do perito, que não pode errar, pela volatilidade do local, que se desfaz após a saída do profissional daquele espaço previamente isolado, preservado e guarnecido.

Um comentário do docente anuncia uma postura aos novatos que pode, no mínimo, ter despertado neles certa inquietação. Disse o professor: “O pessoal entra no IGP, metade sai e vai para outro lugar (faz outro concurso)”. Nessa fase de construção identitária com a instituição, tal afirmativa vai contra a necessidade de afirmação das positivities que o ritual de passagem (GENNEP, 1978) exige, algo propugnado pela coordenadora do curso, que disse ter solicitado a todos os colegas que não expusessem as mazelas do departamento para os ingressantes, que isso eles iriam descobrir ao longo de sua atuação.

Tal posicionamento vai ao encontro da postura implícita a esse tipo de ritual, em que as positivities dos candidatos e da instituição tendem a ser exacerbadas (CAVEDON, 1990).

7 OS NEÓFITOS: CRENÇAS, EXPECTATIVAS, APREENSÕES AO LONGO DO CURSO DE FORMAÇÃO

Os 29 candidatos a peritos (Tabela 1), sujeitos desta pesquisa, possuem idades que variam de 21 anos a 49 anos, sendo a média de idade de 30 anos. Quanto ao gênero, 20 homens e nove mulheres, sendo 21 solteiros, seis casados, um companheiro e uma separada.

No que concerne ao curso superior realizado, os neófitos apresentam as mais variadas formações, com predomínio de Farmácia e Engenharia (Tabela 2).

TABELA 1

CARGOS A SEREM OCUPADOS

CARGO	NÚMERO DE CANDIDATOS
Perito criminal	23
Perito engenheiro mecânico	2
Perito químico-forense-Biologia	2
Não explicitou	2
Total	29

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 2

FORMAÇÃO SUPERIOR

CURSO	NÚMERO DE CANDIDATOS
Agronomia	1
Biologia	3
Biomedicina	1
Direito	4
Engenharia	6
Engenharia e Física	1
Farmácia	7
Física	2
Informática	1
Odontologia	2
Especialização (não revelou a área)	1
Total	29

Fonte: Dados da pesquisa.

As atividades realizadas por alguns ingressantes, antes de terem sido considerados aptos nas etapas precedentes do concurso, estiveram vinculadas à formação em nível de Pós-Graduação, Mestrado/Doutorado (Tabela 3).

TABELA 3

ATIVIDADES ANTERIORES À REALIZAÇÃO DO CONCURSO

ATIVIDADES	NÚMERO DE CANDIDATOS
Advogado	3
Bacteriologista	1
Consultório odontológico	1
Consultório odontológico e professor	1
Empresário	2
Engenheiro mecânico (projeto de produto e projetos mecânicos)	2
Estágio em Genética	1
Estágio na Petrobras	1
Estudante (um de análises clínicas)	3
Estudante de Mestrado/Doutorado	5
Farmacêutico	2
Militar	1
Papiloscopista	1
Professor universitário	1
Supervisor industrial	1
Não explicitou	3
Total	29

Fonte: Dados da pesquisa.

Dada a possibilidade de certa flexibilidade em relação aos horários e à baixa remuneração de um perito criminal, aproximadamente R\$ 2.800,00, configura-se como viável e até mesmo necessária a manutenção de outra atividade que venha a complementar a renda mensal (Tabela 4).

TABELA 4

**APÓS INGRESSO NO DC/IGP, ATIVIDADES
PARALELAS A SEREM EXERCIDAS**

ATIVIDADES PARALELAS	NÚMERO DE CANDIDATOS
Advogado	1
Cirurgião dentista	2
Estudante de especialização	1
Estudante de Mestrado/Doutorado	3
Professor	6
Tutoria Cursos do SENASP	1
Não citou	14
Não sabe	1
Total	29

Fonte: Dados da pesquisa.

Por ser uma área de atuação não muito conhecida por parte da população em geral, acreditei que os candidatos em sua maioria tivessem familiares que fossem atuantes na área da Segurança Pública. Os resultados demonstraram que a grande maioria não teve nenhuma influência familiar ao optar por essa profissão (Tabela 5).

TABELA 5

**EXISTÊNCIA DE FAMILIARES DO INGRESSANTE
ATUANDO NA SEGURANÇA PÚBLICA**

FAMILIAR	NÚMERO DE CANDIDATOS
Avô alferes	1
Concunhado da Brigada Militar	1
Irmã Perita no Departamento de Criminalística do IGP	1
Mãe enfermeira no Instituto Psiquiátrico Forense (SUSEPE)	1
Pai da Brigada Militar/Padrinho da irmã da Polícia Civil	1

(continua)

TABELA 5 (CONCLUSÃO)

**EXISTÊNCIA DE FAMILIARES DO INGRESSANTE
ATUANDO NA SEGURANÇA PÚBLICA**

FAMILIAR	NÚMERO DE CANDIDATOS
Pai e mãe policiais aposentados e irmão papiloscopista	1
Pai orientador judiciário no Juizado de Menores/Irmã assistente social do Fórum de Porto Alegre	1
Tio aposentado da Polícia Civil	1
Tio da Polícia Civil/Namorado da Brigada Militar/Cunhado Delegado da Polícia Civil	1
Não tem parentes trabalhando na área da Segurança Pública	19
Não informou	1
Total	29

Fonte: Dados da pesquisa.

Os ingressantes foram inquiridos do porquê de optarem pela perícia para a realização de concurso, visando atuar no DC/IGP. Cumpre destacar que mais de um motivo foi apontado pelo mesmo candidato, mas a maior concentração de respostas (19) se deu “no interesse pela área forense; atividade e envolvimento com o processo penal; gosto pela área de Segurança Pública; interesse pela área policial”.

A estabilidade oferecida pelo setor público, garantindo recursos financeiros, motivou 10 candidatos a realizarem o concurso. No dizer de um neófito: “Além disso, ser servidor público hoje em dia é um emprego de luxo, ou seja, conseguir uma estabilidade financeira é um dos fatores que me fez prestar concurso para o IGP” (C29).

Linton (1973) advoga que o ser humano possui uma necessidade psíquica de segurança, algo também teorizado por Maslow (1993). No dizer do primeiro autor, essa busca por segurança pode fazer com que o indivíduo, a despeito de certo desconforto no presente, mantenha-se firme no propósito de alcançar uma garantia futura, minimizando as incertezas. Por mais que as atividades a serem executadas no DC possam não ser tão estimulantes, o fato de ser um serviço público dá a segurança da estabilidade, compensando o desconforto.

Maslow (1993) enfatiza que a necessidade de segurança tende a se sobrepor à necessidade de desenvolvimento; o ser humano defrontado com as duas necessidades não hesita em eleger a primeira como a mais relevante.

Ainda foram apontadas como motivadoras: a falta de rotina (5); a proximidade com a formação acadêmica (4); incentivo da namorada (1); falta de opção na Física (1); flexibilidade de horário (1); a atividade ser diferente/importante (1); conhecimento técnico (1); estimulante sob o ponto de vista intelectual (1); vocação científica (1); interesse em ajudar e o bem público (2); ter trabalhado no IGP em outra área (1); ter sido estagiário do IGP (1); características exigidas pela profissão e gosto por locais de crime (2).

Segundo o candidato C21:

Um dos principais motivos foi afinidade com as características exigidas pelo cargo: capacidade investigativa, conhecimento técnico-científico, gosto por veículos, máquinas e principalmente fascínio por locais de crime (acidentes de trânsito, de trabalho, homicídio e suicídio).

O setor da Criminalística que, ao longo o curso de preparação, tem despertado mais atenção dos alunos é Local de Crime, sendo a primeira e única opção de 11 candidatos. Há aqueles que apontam Local de Crime em primeiro lugar e depois outras áreas, dois candidatos se enquadram nessa posição; um candidato colocou Local de Crime como o segundo setor que lhe despertou mais interesse. Somando, tem-se que Local de Crime atraiu a atenção de 14 candidatos. Alguns depoimentos explicitam melhor o porquê dessa identificação com o setor e a função a ser desenvolvida:

Local de Crime Contra a Vida, pois é a linha de frente da perícia, onde todo o conhecimento técnico e pessoal do perito deve ser mais aguçado para que nenhuma evidência fique faltando e, assim, produzir um laudo que possa fazer a justiça acontecer de maneira mais otimizada (C01).

Perícia em local de crime contra a vida, em função do desafio, da multiplicidade e riqueza de aspectos a serem observados e conhecimento necessário, bem como da intimidade com as ciências naturais que essa atividade apresenta (C18).

Especialmente as aulas práticas e teóricas de local de crime e as atividades práticas da Documentoscopia. Na Documentoscopia, é incrível observar a criatividade dos falsários enquanto os casos de local de crime, tanto no aspecto qualitativo como quantitativo, revelam o quadro grave da segurança pública e uma interessante noção sobre o teor da violência e perversidade humana (C19).

Dentre os demais setores, destacaram-se: Documentoscopia, com três interessados como primeira opção, um como segunda opção e um como quarta

opção, totalizando cinco interessados no referido setor; Balística, apontada por dois candidatos como sua primeira opção e dois neófitos, que a colocaram como segunda opção, além de um como terceira opção, sendo assim, Balística teria cinco interessados; e dois candidatos se mostraram interessados por todas as áreas. As demais áreas foram referidas, mas com menos expressividade.

Interpelados sobre aquilo que lhes causava maior apreensão em relação às futuras atribuições, seis alunos se mostraram preocupados com os riscos à saúde e à integridade física, a insegurança nas vilas e a possibilidade de vingança; seis revelaram o medo que possuem de cometer erros e de se sentirem inseguros, desamparados, no início das atividades; a extrema responsabilidade imputada pelo cargo também gera apreensão para cinco alunos; e a falta de condições materiais e logísticas para a realização do trabalho foi apontada por quatro neófitos como preocupante. A seguir, a expressão dessas apreensões:

O medo de errar, prejudicar uma investigação. Apesar de o curso preparatório ser bom, é pouco tempo para aprender uma profissão e de se preparar suficientemente, principalmente pelo curso de formação ser, na grande maioria das vezes, o único (primeiro) contato com a atividade de perícia (C11).

O que me causa apreensão é a extrema responsabilidade que devo ter. Tenho medo de cometer algum erro e, de alguma forma, este erro afetar a vida de outrem (C29).

A segurança, no caso de Locais de Crime, quando for necessário ir até áreas de tráfico e de grande violência. Ficar insegura ou desamparada no início do trabalho (que não tenha colegas mais experientes para me ensinar o trabalho...) (C20).

Basílio (2008), em pesquisa realizada com policiais militares do Rio de Janeiro, revelou que os referidos profissionais percebiam os cursos de formação como deficitários em relação a capacitá-los de modo adequado, visando à atuação no dia a dia, posto que a profissão apresenta um grau de complexidade acentuado. Os policiais afirmaram ter obtido o conhecimento necessário na prática, ou seja, já em exercício em seus postos de trabalho. Talvez situação semelhante venha a ocorrer com a formação dos peritos do DC/IGP.

Os alunos foram instigados a escolher entre os peritos que tiveram contato, até aquele momento, no curso de formação, os que consideravam como exemplos a serem seguidos, justificando suas escolhas. Dois peritos tiveram destaque, com o mesmo número de indicações (7), uma perita do Plantão e outro perito da Engenharia. As justificativas recaíram sobre a dedicação à atividade desenvolvida, a paixão pelo trabalho, a competência, a coerência.

Perita “X”, por sua dedicação e paixão ao exercer seu trabalho. Por sua competência (C22).

Perita “X”, pela didática, compreensão e raciocínio dedutivo (C25).

Perito “Y”, por parecer apaixonado pela área e dedicado aos casos, buscando sempre sua resolução (C16).

Perito “Y”, pelo empenho e interesse demonstrado na resolução dos casos, indo além do que seriam suas atribuições, ele ajuda na investigação utilizando seu horário de folga e recursos pessoais (C18).

A exemplaridade reconhecida mediante a observação de todos os peritos também foi externada por seis alunos. Uma resposta sintetiza de modo completo a razão desse posicionamento:

Acho que todos são os exemplos a serem seguidos, pois cada um deles soube me passar suas experiências únicas que foram extremamente importantes para mim. Além das experiências deles, demonstraram amar a profissão e ter um compromisso com a ética e honestidade (C29).

Em se tratando de expectativas em relação à sua nova profissão, aquilo que apareceu de modo mais significativo foi a busca da realização profissional (nove alunos) e de um aprendizado e a obtenção de mais conhecimento (nove alunos). Os demais apontaram, entre vários pontos, alguns que merecem destaque: a expectativa de realizar um trabalho emocionante, contribuir para a sociedade, a ideia de que o trabalho é difícil, mas gratificante, e a realização da justiça.

Todos revelaram ter contado para os amigos que passaram no concurso, mas 12 têm consciência de que esses amigos não sabem exatamente quais são as atribuições de um perito, sendo a noção que se faz mais presente aquela divulgada por seriados norte-americanos, do tipo *Crime Scene Investigation (CSI)*.

Com certeza, era um sonho que eu tinha e fiquei muito satisfeito com a aprovação. Tentei explicá-los de forma compreensível, mas a família e os amigos sempre confundem Perícia com Polícia (C25).

Meus amigos sabem do concurso, sim; mas quando cito o cargo (perito criminal) noto que há bastante desconhecimento sobre a atividade. Sempre é necessário recorrer à comparação com seriados como CSI, por exemplo (C26).

Sim! Sabem o que irei fazer (contei muito orgulhosa e faceira), pois já contei! Alguns acham o máximo, mas nem todos acham tão interessante quanto eu! Mas a grande maioria acha muito interessante e que eu não poderia fazer (me realizar) em outra profissão! (C20).

Contei, sim. Sim, eles sabem. Uns acharam muito interessante, e outros disseram não ter coragem de encarar uma profissão assim nos dias de hoje (C29).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os neófitos ouviram as narrativas, durante o módulo de LCVI, não só relativas aos aspectos técnicos, mas, igualmente, dos possíveis efeitos no âmbito psíquico-emocional do exercício da atividade. Sob o ponto de vista simbólico, as narrativas míticas ganharam destaque.

A ênfase dada ao fato de não ser permitida a ocorrência de erros em local de crime e a responsabilidade que tal postura implica acabou por fazer com que os ingressantes incorporassem tais aspectos em suas falas sobre o que os deixava mais apreensivos em relação ao exercício da profissão.

As exemplaridades, em termos de peritos seniores citados, também apontam para a dedicação, a paixão e a competência no cumprimento das atribuições do cargo, totalmente em consonância com a responsabilidade tão apregoadas pelos docentes. As exemplaridades apontadas vão ao encontro daquilo que Berger e Luckmann (1997) diziam sobre o socializador, que passa a ter um significado em face da relação construída com maior carga emocional, mediante um entregar-se do sujeito a essa realidade cognitiva.

Assim, a cultura do DC naquilo que se configura de forma mais homogênea em termos de valores foi reforçada pelo curso de formação, tendo sido absorvida pelos neófitos. As peculiaridades de cada setor certamente foram esposadas em outros módulos, mas esses não foram acompanhados pela pesquisadora, daí a dificuldade em se detectar a diferenciação e a fragmentação (MARTIN; FROST, 1996), o que não significa que elas não existam.

A socialização, por meio do módulo Local de Crime contra a Vida, ao mesmo tempo em que destacou valores caros a quem trabalha no DC, quais sejam, responsabilidade, dedicação e o não cometimento de erros, também introjetou medo e angústia nos ingressantes, posto que eles se sentiram receosos em não conseguir atingir as condições necessárias, em termos de saberes e fazeres, a ponto de cumprir adequadamente essas demandas, em decorrência da inexperience.

Um não dito perceptível foi a ausência de comentários por parte dos docentes sobre o estigma (GOFFMAN, 1982) a que se veem submetidos em seus coti-

dianos, algo que os neófitos só irão descobrir após a fase de agregação do ritual de passagem, mas que já se faz mais ou menos perceptível, na medida em que os amigos desses futuros profissionais demonstram nem conhecer o que vem a ser a profissão dos peritos; aqui o estigma já aparece pela via da invisibilidade.

REFERÊNCIAS

- BASÍLIO, M. P. O desafio da formação do Policial Militar do Estado do Rio de Janeiro: utopia ou realidade possível? In: ENANPAD, 32, 2008, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Anpad, 2008. 1 CD-ROM.
- BERGER, P. L. *Perspectivas sociológicas*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BOAS, F. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BRESLER, R. A roupa surrada e o pai: etnografia em uma marcenaria. In: MOTTA, F. C.; CALDAS, M. P. *Cultura organizacional e cultura brasileira*. São Paulo: Atlas, 1997.
- CAVALCANTI, M. L. Cultura e ritual: trajetórias e passagens. In: ROCHA, E. *Cultura & imaginário*. Rio de Janeiro: MAUAD, 1998.
- CAVEDON, N. R. Os ritos de passagem da Administração de Recursos Humanos. *RH: Informação Profissional de Recursos Humanos*, São Paulo, v. 8, n. 33, p. 45-48, abr. 1990.
- _____. *Antropologia para administradores*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- CENTURIÃO, L. R. M. *Identidade, indivíduo e grupos sociais*. Curitiba: Juruá, 2002.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. v. 1. Petrópolis: Vozes, 2004.
- DAMATTA, R. *A casa & a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- _____. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- ELIADE, M. *O sagrado e o profano*. Lisboa: Livros do Brasil, s/d.
- ELIAS, N. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- FREIRE, M. C. B. *O som do silêncio*. Natal: EDUFRN, 2006.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GENNEP, A. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- GOFFMAN, E. *Estigma*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- LINTON, R. *Cultura e personalidade*. São Paulo: Mestre Jou, 1973.
- MARTIN, J.; FROST, P. The organizational culture war games: a struggle for intellectual dominance. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. *Handbook of organizational studies*. London: Sage, 1996. p. 599-621.
- MASLOW, A. *El hombre autorrealizado: hacia una psicología Del Ser*. Argentina: Troquel, 1993.
- TEIXEIRA, S. A. Vestibular: ritual de passagem ou barreira ritualizada. *Ciência e Cultura*, Campinas, v. 33, n. 12, p. 1574-1580, 1981.
- TITTONI, J. *Subjetividade e trabalho*. Porto Alegre: Ortiz, 1994.
- TRICE, H.; BEYER, J. Studing organizational cultures through rites and ceremonies. *Academy of Management Review*, Mississippi: Mississippi State University, v. 9, n. 4, p. 653-669, 1984.
- VICTORA, C. G.; KNAUTH, D.; HASSEN, M. N. A. *Pesquisa qualitativa em saúde*. Porto Alegre: Tomo, 2000.